

O INTELLECTUAL E A POLÍTICA*

SANDRA CRISTINA FAGUNDES DE LIMA**

Provavelmente, nunca a intelectualidade foi tão “cortjada” ou “pressionada”, como neste século, para se alinhar aos respectivos projetos de hegemonia das duas classes sociais fundamentais. E, nesse jogo “bruto”, mesmo aqueles que buscaram a “segurança” de posições autônomas, nem por isso deixaram de pagar o seu preço. Mas um dos conflitos que mais angustiou a “intelligenzia” neste século diz respeito à oscilação entre o engajamento político e o trabalho estritamente acadêmico. (MAXIMO, Antonio Carlos).

Vivemos no Brasil um momento político caracterizado dentre outros fatores pela participação direta de inúmeros intelectuais no governo federal. Não apenas a presidência da República, mas, igualmente, os cargos de ministros e secretários têm sido preferencialmente preenchidos por nomes atinentes à esfera intelectual: sociólogos, economistas, escritores, filósofos e cientistas sociais. Quase todos exerceram a docência em instituições de ensino de nível superior e atualmente se reúnem para discutir os “destinos da nação”.

Os projetos por eles apresentados e as medidas implementadas, sobretudo para a educação, não têm se caracterizado pela preocupação com a efetiva implantação da escola pública. Ao contrário, assistimos na educação a um progressivo crescimento da iniciativa privada $\frac{3}{4}$ tanto no que diz respeito ao aumento das escolas particulares quanto no que concerne à expansão de vagas naquelas já existentes $\frac{3}{4}$ em detrimento das escolas mantidas pela rede estatal, seja no âmbito da federação, dos estados e ou dos municípios.¹

É, no entanto, curioso observar que esse dismantelamento da educação pública e gratuita tem sido favorecido e consolidado por indivíduos que tiveram no seu currículo o registro de participação em projetos de caráter eminentemente popular: a defesa da universidade pública, a universalização da educação gratuita assim como o apoio às organizações de trabalhadores em prol de seus direitos fizeram parte, no passado, da agenda de compromissos de muitos desses intelectuais “governistas”.

Quando questionado sobre a contradição entre as teses defendidas outrora e o exercício do poder, o Presidente é enfático ao justificar a “necessária” e “salutar” separação que deve haver entre a prática política e a esfera intelectual. O discurso proferido por esse (ex?) intelectual busca manter o divórcio entre pensamento e ação, entre as funções dos homens de ciência e a atuação do político, e tem como uma de suas mais evidentes conseqüências a implementação de uma agenda social caracterizada pelo descomprometimento do Estado com a manutenção dos chamados serviços voltados para a área social, incluindo-se aí a escola pública.

O argumento não é novo. Se recuarmos na história das idéias e/ ou do pensamento político nos depararemos alguns séculos atrás com a defesa filosófica dessa clivagem. Kant, escrevendo no século XVIII, chegou à conclusão de que os reis não deveriam filosofar e tampouco deveriam se tornar filósofos. Esses, deveriam gozar de liberdade

* Reflexões desenvolvidas na pesquisa de doutorado intitulada: Um intelectual na província: o professor Jerônimo Arantes, a educação, a história e a política em Uberlândia durante o período de 1915 a 1961.

** Doutoranda em Educação na Universidade Estadual de Campinas. Professora de História da Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação da Universidade Federal de Uberlândia. (sandalima@ufu.br)

¹ A discussão sobre o descaso do Estado com a manutenção da escola pública, encontra-se, dentre outros, nos seguintes autores: CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: UNESP, 2001. GENTILI, Pablo. *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis: Vozes, 1998; GENTILI, Pablo, APPLE, Michel W. [et al.]. *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.

para desenvolver livremente seu pensamento, mas não poderiam se imiscuir em assuntos de “Estado”.²

Posteriormente, em meio ao caos e às incertezas que perpassavam o globo durante a I Grande Guerra, sobretudo o continente europeu, o sociólogo italiano, Pareto e o alemão Max Weber reeditaram o discurso kantiano, ratificando o pressuposto da separação entre atividade intelectual e o exercício do poder.³

Os campos estariam, pois, previamente demarcados, sendo que de um lado ficariam os homens da ciência, os “produtores” de idéias, aptos a fazer análises, emitir parecer; de outro lado situar-se-iam os homens de ação, cuja responsabilidade de tomar decisões, de interferir no ordenamento da sociedade não deveria se confundir com as atribuições dos primeiros. Duas realidades, duas esferas de atuação que não poderiam se imbricar a fim de que uma não “corrompesse” a outra.

Ao lado das teorias que defendiam a separação entre a atividade intelectual e o exercício do poder, germinava, há muitos séculos, o seu oposto, materializado na filosofia que propalava que ambos os domínios não eram dicotômicos, mas que, ao contrário, pensamento e ação, ciência e política eram domínios interpenetráveis, um não existindo sem a colaboração do outro.⁴ Na Grécia antiga, Platão formulou a tese de que o verdadeiro governo deveria ser exercido pelo filósofo. A solução para os problemas da época consistiria na possibilidade de os reis se tornarem filósofos e de os filósofos tornarem-se governantes; não havendo, portanto, espaço para a separação entre ciência e política.⁵

A defesa da indissolubilidade entre essas duas esferas de atuação atravessou longos períodos e ganhou os seus mais fervorosos signatários no século XIX com o marxismo. Pensar o mundo e transformá-lo tornaram-se atividades necessariamente intercambiáveis, pois a história, entendida enquanto processo de produção da realidade e transformação do próprio homem, deixaria de ser uma entidade extra-humana e o “mundo sensível” (para utilizar uma expressão do próprio Marx) perderia o estatuto de dado natural e imutável, para tornarem-se ambos resultado da ação humana no processo de produção coletiva da existência.

Aprofundando os pressupostos de Marx, Gramsci ao estudar o papel dos intelectuais na sociedade, chegou à conclusão de que os intelectuais não seriam autônomos em relação à produção do mundo material, mas que, ao contrário, permaneceriam organicamente ligados a uma das classes sociais em cena, delas não se descolando na produção de seu pensamento e na proposição de tarefas que visassem interferir no social, perfazendo, pois, a mais estreita relação entre pensamento e razão.⁶

A lista de ambos os lados é longa e não se esgotaria no âmbito deste texto. Rechaçar a união entre pensamento e ação ou entre ciência e política, ou, de outro modo, mostrar a sua indissolubilidade tem se constituído em um debate acirrado e de complexos contornos. Estariam os intelectuais situados em uma esfera privilegiada que lhes possibilitaria uma compreensão do real mais abrangente, livre de preconceitos?⁷ Ou, afastados do universo político, só lhes interessariam os temas relacionados ao “espírito”? A atividade intelectual e o universo da política seriam, conforme discutido anteriormente, esferas intercambiáveis, onde política e pensamento deveriam seguir uma mesma

² KANT, E. *À paz perpétua*. Porto Alegre: LP&M, 1989, p. 13.

³ WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1993, p. 38.

⁴ BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: UNESP, 1997, p. 128.

⁵ PLATÃO. *A república*. São Paulo: Hemus, 1970, p. 150.

⁶ GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 39-40.

⁷ Esta é, segundo Löwy, uma das conclusões a qual chega Mannheim, após analisar a relação entre utopia e ideologia, estabelecer a distinção entre ambas e fundar um campo privilegiado de análise para os intelectuais. LÖWY, Michel. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 1993, p. 84.

trajetória? Embora exigindo posicionamentos diversos, às repostas para estas clivagens entre ciência e poder, intelectuais e exercício da política, subjazem além de uma dada representação de projeto social, toda uma concepção filosófica calcada na relação entre política e ética.

Embora no Brasil esse debate tenha recebido contornos mais polêmicos atualmente, as condições para a sua existência foram gestadas sobretudo a partir da ascensão de Vargas ao poder. Em seu estudo sobre a relação entre os intelectuais e a classe dirigente no Brasil, no período compreendido entre os anos de 1920 a 1945, Miceli avalia que a efetiva incorporação dos intelectuais pelo Estado começou a se acelerar a partir dos anos 30, quando o “fim do pacto oligárquico” engendrou os esforços para a criação de um Estado altamente intervencionista, autoritário e burocratizado, que perseguia a racionalização de seu funcionamento nos mais diversos níveis, dentre eles na abertura de canais de comunicação entre o poder federal e as instâncias estaduais e municipais. À essa distensão da máquina burocrática e a conseqüente emergência de novos sujeitos sociais correspondeu o aumento do número de intelectuais alocados no interior das tarefas do Estado.⁸

De acordo com Capelato, ao incorporar esses intelectuais, o governo buscava também, durante o Estado Novo, obter apoio de uma parcela da população, porém, sem apelar para as camadas mais populares.⁹ Velloso, ao abordar o mesmo período, concluiu que o Estado Novo ao levar adiante a tarefa de centralização do poder em moldes autoritários $\frac{3}{4}$ porém travestidos de aspectos democráticos $\frac{3}{4}$, se empenhou em consolidar o apoio das camadas populares à custa de mantê-las afastadas dos canais de decisão.¹⁰

Porém, diferentemente dos intelectuais que foram incorporados pela República nas suas primeiras décadas $\frac{3}{4}$ e, mesmo antes, pelo Império $\frac{3}{4}$, os intelectuais a partir de 1930 ocuparam postos que lhes exigiam além de dedicação, a posse de um saber mais especializado capaz de dotar os institutos, os ministérios e toda gama de órgãos recém-criados da racionalização necessária ao funcionamento relativamente autônomo da esfera federal em relação aos poderes político e econômico localizados em âmbito regional.¹¹

Os liames entre a camada dirigente e os intelectuais naquele período se caracterizaram por $\frac{3}{4}$ além de uma maciça incorporação daqueles pelo governo $\frac{3}{4}$, uma transformação na própria função do Estado¹² e, conseqüentemente, do papel dos intelectuais em relação ao poder, uma vez que, dentre eles, vários procuraram atenuar o grau de dependência em relação ao Estado, no dizer de Miceli, “cedendo ao encanto de justificações idealistas”.¹³

⁸ MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 199.

⁹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Estado Novo: novas histórias*. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 1998, p. 211.

¹⁰ VELLOSO, Mônica Pimenta. *Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria Castro (orgs.). **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 71-2.

¹¹ MICELI, op. cit., p. 198. Miceli destaca, contudo, que dentre esses intelectuais recém incorporados pelo governo havia uma hierarquia tanto no nível das funções quanto no que dizia respeito a salários. Pois da mesma forma que o Estado empregou uma elite intelectual que em virtude de sua competência escolar e profissional ocupou cargos mais elevados — tais como: ministérios e conselhos consultivos do Executivo — e recebeu os salários mais altos, ele também preencheu os seus quadros com outros intelectuais que, menos por sua titulação e mais em virtude dos laços de amizade que os ligavam aos membros do poder político, serviram como assessores comissionados junto à Presidência, aos ministérios e demais órgãos vinculados ao poder central. (Ibidem, p. 210-11).

Velloso ao analisar os liames entre ideologia e poder durante o Estado Novo também ratifica essa configuração hierárquica que perpassava a atuação dos intelectuais no interior do governo e a relaciona com uma forte centralização do poder no âmbito político. (VELLOSO, op. cit., p. 77-8).

¹² Ibidem, p. 72.

¹³ MICELI, op. cit., p. 216.

Os intelectuais incorporados pelo governo a partir de 1930 tentavam descolar uma dada produção científico/literária das relações estreitas que os mantinham atados ao poder político.¹⁴ Porém, muitos deles abraçaram, de fato, a ideologia da “construção da nacionalidade” que perpassou o período, sobretudo o Estado Novo.¹⁵

Ressalvadas as suas particularidades, a trajetória dos intelectuais que atualmente compõem o governo perfaz um caminho semelhante a esse trilhado por seus predecessores. Porém, enquanto esses empregavam uma suposta “neutralidade” e um sentido genérico de “fins nacionalistas”, que estariam subjacentes aos seus escritos, para legitimar a sua (pseudo) autonomia em relação ao poder político, aqueles utilizam o mesmo argumento ideológico da neutralidade e da finalidade nacionalista, com a diferença de buscarem legitimidade não para seus escritos, mas, sim, para os seus atos. Portanto, de um lado tenta-se emparelhar produção intelectual com poder político à custa de adelgaçar o segundo em benefício do primeiro; de outro, utiliza-se igualmente do mesmo argumento ideológico para evidenciar a relevância da ação em detrimento da “filosofia”.

Refletindo sobre esta tensão entre poder e ciência, intelectual e político, entre ação e filosofia e aceitando a premissa de que o passado interessa ao historiador na medida em que pode encerrar as chaves para a compreensão de problemas que se colocam no presente e que, portanto, as nossas pesquisas não são desinteressadas,¹⁶ torna-se pertinente tentar compreender o papel que os intelectuais desempenharam no cenário cultural brasileiro a partir de 1930 — mais precisamente em Uberlândia — e também qual a relação existente entre as atividades denominadas intelectuais e poder político. Nesse sentido, nesta pesquisa tenho por objetivo investigar a trajetória intelectual do professor, funcionário público, memorialista e jornalista Jerônimo Arantes¹⁷, buscando problematizar a relação por ele estabelecida entre atividade intelectual, educação e política na cidade de Uberlândia no período que compreende as décadas de 1930 a 1960.

¹⁴ VELLOSO, op. cit., p. 78-9.

¹⁵ CAPELATO, op. cit., p. 211-12.

¹⁶ CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tábula rasa do passado?:** sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995, p. 22.

¹⁷ Natural da cidade de Monte Alegre-MG, Jerônimo Arantes nasceu em 23 de julho de 1892 e transferiu-se para Uberlândia no ano de 1907, quando então deu início à sua atividade docente na cidade, tendo, inicialmente, trabalhado como professor no Colégio Bandeira. No ano de 1919 ele retornou à Uberlândia — após ter permanecido um período, ainda indeterminado por esta pesquisa, na cidade de Santa Rita do Paranaíba-GO, onde exerceu a função de promotor de justiça. — e fundou o *Externato Carvalho*. Ao fechar esse estabelecimento de ensino, inaugurou o *Colégio Amor às Letras*, que funcionou de 1919 a 1933. Em 1933 ingressou no serviço público, tendo sido nomeado inspetor municipal de ensino e, posteriormente, em 1946, foi empossado no cargo de chefe do Serviço de Educação e Saúde do Município, onde aposentou-se no ano de 1959. Durante esse período, o professor Jerônimo Arantes assumiu a secretaria do diretório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE — em Uberlândia. Foi também fundador proprietário da revista *Uberlândia Ilustrada*, editada no período de 1935 a 1961.